

História econômica da Capitania do Rio Grande do Norte: temas contemporâneos e debates historiográficos^a

Economic history of the Capitania do Rio Grande do Norte: contemporary themes and historiographical debates

Thiago Alves Dias^b 

Universidade de Pernambuco, Colegiado de História, Petrolina (PE), Brasil

Resumo: O objetivo do artigo é traçar alguns aspectos relativos à história econômica da capitania do Rio Grande do Norte, do litoral ao sertão, a partir da história da produção e da circulação de produtos e mercadorias, bem como do uso da terra e das formas de trabalho ali empregadas. A problemática desenvolvida partiu dos debates clássicos da historiografia potiguar e dos temas contemporâneos da História Econômica, tais como: terra, demografia, instituições, propriedades, práticas mercantis, entre outros. Foi adotado, como caminho metodológico, a história dos produtos e do trabalho relativo às práticas do criatório, do extrativismo, das plantações e das atividades pesqueiras. Esse panorama permitiu descortinar aspectos da circulação de mercadorias e as dinâmicas mercantis dessa espacialidade, considerando alguns padrões de enriquecimento e formação de propriedades por múltiplos agentes sociais. Mapas populacionais e de comércio, atas legislativas, relatórios de governo, petições de sesmarias, inventários e testamentos foram as tipologias documentais consultadas que se encontram, em

Editoras responsáveis: Natânia Silva Ferreira e Silvana Andrade dos Santos

^a Submissão: 27/08/2025 | Aprovação: 01/10/2025 | DOI: 10.29182/hehe.v28i4.1085

^b thiago.dias@upe.br

O autor declara não haver conflito de interesse.



Esta publicação está licenciada sob os termos
de Creative Commons 4.0 Internacional

sua grande maioria, sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em Natal, da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, além de disponíveis na Plataforma SILB.

Palavras-chave: História Econômica. Capitania do Rio Grande do Norte. Debates historiográficos.

Abstract: The aim of this article is to outline key aspects of the economic history of the Captaincy of Rio Grande do Norte, from the coast to the *sertão* (hinterland), through an analysis of production systems, commodity circulation, land use, and labor practices. The research framework emerges from classical debates in Potiguar historiography and contemporary themes in Economic History – such as land tenure, demography, institutions, property rights, and mercantile practices – among others. Methodologically, we adopt a product- and labor-centered approach, examining practices related to livestock raising, extractivism, plantation agriculture, and fishing activities. This perspective reveals patterns of commodity circulation and mercantile dynamics within this spatial context, while uncovering mechanisms of wealth accumulation and property formation by diverse social actors. The documentary corpus includes population and trade maps, legislative records, government reports, petitions for *sesmarias* (colonial land grants), inventories, and wills. Most sources are held by the *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte* (IHGRN) in Natal, the *Biblioteca Nacional* (National Library), and the *Arquivo Nacional* (National Archives) in Rio de Janeiro, with additional materials accessible via the SILB Platform (*Sesmarias do Império Luso-Brasileiro*).

Keywords: Economic History. Captaincy of Rio Grande do Norte. Historiographical debates.

JEL: B40. N56. Q34.

Introdução

Este artigo investiga os fundamentos da formação econômica da Capitania do Rio Grande do Norte entre os séculos XVII e XIX, analisando como as dinâmicas de produção, circulação de mercadorias, organização do trabalho e ocupação territorial configuraram seu desenvolvimento colonial. Partindo de uma problemática central – a transição do eixo econômico do litoral para o sertão –, questionamos como essa reconfiguração espacial redefine as estruturas produtivas, as hierarquias sociais e a inserção da Capitania nos circuitos mercantis do Império Português.

O estudo situa-se no cruzamento entre os debates clássicos da historiografia potiguar e as abordagens contemporâneas da História Econômica, com ênfase em temas como exploração de recursos naturais, escravidão, formação de mercados internos e conflitos agrários. O recorte temporal abrange o período colonial (com destaque para os séculos XVII e XVIII), estendendo-se às primeiras décadas do século XIX para compreender a herança colonial na estrutura econômica pós-Independência. Espacialmente, percorre desde as zonas litorâneas (Natal, salinas de Macau e Mossoró) até as ribeiras sertanejas do Apodi, Assú e Seridó, evidenciando contrastes regionais e fluxos de interdependência.

A investigação apoia-se em um *corpus* documental diversificado, incluindo mapas de exportação, atas legislativas, relatórios provinciais, registros de sesmarias, inventários e testamentos, que permitem reconstituir práticas econômicas muitas vezes obscurecidas pela escassez de fontes.

O artigo organiza-se em três seções interligadas. Inicialmente, realiza um balanço historiográfico crítico, recuperando desde as obras pioneiras do século XIX (como Manoel Ferreira Nobre) até as contribuições recentes que renovaram o campo (István Árbocz, Denise Monteiro e a geração de pesquisadores da UFRN). Em seguida, examina o ciclo predatório de recursos naturais – pau-brasil, sal e pesca –, demonstrando como o extrativismo litorâneo, marcado pelo monopólio real e contrabando, consolidou padrões de exploração e desabastecimento local. Por fim, debruça-se sobre a interiorização da economia, analisando a ascensão das fazendas de gado, a cultura algodoeira e a produção de alimentos (como a farinha de mandioca), sempre ancoradas no trabalho de escravizados indígenas e africanos, que sustentaram a pujança mercantil do sertão e redefiniram o perfil socioeconômico da Capitania.

Ao articular terra, trabalho e circulação, busca-se não apenas elucidar os mecanismos de enriquecimento e desigualdade que moldaram o Rio Grande do Norte colonial, mas também contribuir para diálogos mais amplos sobre a história agrária, escravista e ambiental do Nordeste brasileiro.

1. Um balanço historiográfico temático

Conforme um mapa de exportação do Rio Grande do Norte, produzido em 1849 pela Contadoria da Thesouraria Provincial, que à época era chefiada por Francisco das Chagas Galvão, é possível realizarmos uma aproximação da realidade produtiva e a relevância de cada produto naquele momento para a antiga província. Considerando outra potencialidade, é possível ainda traçar uma história econômica ao colocar esses dados em perspectiva histórica, a partir das informações da produção, da circulação, bem como do uso da terra e das formas de emprego da mão de obra utilizadas na Capitania do Rio Grande do Norte.

De acordo com os dados constantes, a província do Rio Grande do Norte, entre os anos de 1845 a 1848, havia exportado aproximadamente meio milhão de réis em produtos os mais variados. Dos valores computados a partir da taxaço do comércio de 41 produtos diferentes que saíram da província para outras localidades e que foram tributados em Natal e nas mesas de rendas e coletorias do interior, destacamos os seguintes números: o comércio de couros, solas e vaquetas corresponderam a 32% do valor total das mercadorias da província; o segundo maior valor de exportação correspondeu a 11% da renda total e foi alcançado pelo comércio de pau-brasil. Em terceiro lugar, temos o comércio de peixe-seco, com 11% também, seguido do sal (10%), do algodão (10%), da farinha de mandioca juntamente com milho, arroz e feijão (9%), o açúcar (7%), a palha, cera e esteiras de folhas de carnaúbas (7%), os subprodutos do açúcar como aguardente, rapaduras e melaço (2%) e, por fim, uma categoria ficcional que intitulamos de diversos, correspondente a 1% de toda renda e que inclui carne seca, azeite de peixe, fumo, sebo de boi e outros (Contadoria, 1845-1848).

Se considerarmos que quase a totalidade da produção de couros salgados, miúdos, curtidos, vaquetas e até mesmo de rédeas de couro e

sebo de gado foi produzida nas fazendas pecuaristas do sertão e que, inclusive, a maior parte dessa produção não escoava por Natal e sim pelos portos do sertão, como Macau e Mossoró, então concluímos que o produto de maior rentabilidade e comércio adveio dos sertões. Esse quadro amplia-se caso somemos o algodão em pluma produzido nas ribeiras sertanejas em torno do Seridó, a extração das palhas e produção de cera e esteiras dos carnaubais situados na Ribeira do Apodi, bem como uma expressiva parcela do valor de produção dos gêneros alimentícios citados, em especial a farinha de mandioca, largamente cultivada em diversas localidades da Ribeira do Apodi. Ao litoral coube a extração do pau-brasil e do sal, o comércio do peixe-seco, o açúcar e outros produtos oriundos da cana, além da agricultura baseada na mandioca, arroz, milho e feijão.

No tocante à mão de obra, dados da primeira metade do século XIX nos informam que, aproximadamente, 13% da população total da província era formada por braços escravizados, que seriam homens e mulheres africanos e seus descendentes (Monteiro, 2007). Acreditamos que esses números ocultam os indígenas de variadas etnias que também viviam nessas condições em fazendas, engenhos e moradas de homens brancos livres. Mapas sobre a ocupação dos habitantes da Cidade do Natal e da Vila do Príncipe, produzidos por Capitães das Ordenanças de suas respectivas ribeiras, trazem informações mais inquietantes sobre o trabalho de pessoas escravizadas: em Natal, 38% da população registrada em ocupações na cidade eram escravizados, enquanto na Vila do Príncipe esse índice chegava aos 44% (IHGRN, 1810).

A partir desse quadro mais geral sobre a produção e comércio do Rio Grande do Norte e as questões sobre a mão de obra, podemos afirmar que, no final do século XVIII, o trabalho e a mão de obra na Capitania do Rio Grande do Norte eram compostos por pessoas escravizadas, negros e indígenas, empregados nos mais diversos trabalhos, desde o corte da cana, a produção de açúcar e a extração nas salinas litorâneas, até nas tarefas cotidianas nas fazendas pecuaristas e o plantio do novo produto que já modificava a paisagem sertaneja na virada do século XIX, o algodão. Soma-se a esse quadro: os agricultores livres, as mulheres que comercializavam em espaços públicos com seus tabuleiros ou que vendiam sua força de trabalho nos espaços privados com serviços domésticos, os negociantes, os homens do mar, os jornaleiros (diaristas), poucos rentistas

e uma parcela considerável da população economicamente ativa empregada em funções militares, empregos civis e religiosos.

De certa forma, os temas e os problemas de uma chamada “história econômica do Rio Grande do Norte”, sobretudo aquela dos séculos XVI e as primeiras décadas do XIX, foram enfrentados ou apresentados em obras que marcaram a produção historiográfica potiguar. A título de exemplo, apresento três obras, uma do século XIX, outra do XX e outra do XIX, que têm enunciado a emergência de alguns temas de pesquisa relevantes à história econômica do Rio Grande do Norte no período colonial. São elas: *Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte*, de Manoel Ferreira Nobre, publicada em 1877; *Ensaio sobre a História Econômica do RN*, de István Árbocz, de 1986; e, por fim, *Terra e trabalho na História: estudos sobre o Rio Grande do Norte*, de Denise Monteiro, de 2008.

Em 1861, o então presidente da província do Rio Grande do Norte, Pedro Leão Veloso, promoveu uma excursão pela província no intuito de melhor conhecer suas potencialidades econômicas e fiscais. Essa excursão foi subsidiada por recursos provinciais e rememorada inclusive com financiamentos públicos, quase um século depois, com um crédito público para o mesmo fim, em 1934, mas, dessa vez, com a participação de Câmara Cascudo (1984).

Na comitiva de 1861, seguiu o oficial-maior da Secretaria da Assembleia Legislativa da época, o ex-deputado provincial e escritor, Manoel Ferreira Nobre. Entre os trabalhos resultantes dessa expedição, Manoel Ferreira Nobre publicou, em 1877, a *Breve notícia da província do Rio Grande do Norte*, sendo os capítulos da obra divididos pelas vilas e com narrativas sobre diversos aspectos, com destaque para as seções intituladas comércio, indústria ou agricultura.

Os relatos produzidos por Manoel Ferreira Nobre, embora demasiadamente sucintos, evocam a questão da produção por meio do cultivo e do criatório, e da extração de bens naturais, tanto vegetais quanto minerais. O autor destacou os “numerosos carnaubais, de cuja a cera fazem os habitantes grande comércio” (Nobre, [1877] 1971, p. 19). Os relatos sobre a região do Assú, ou seja, no sertão, foram enfáticos em afirmar a relevância da cera de carnaúba para produção de velas e até a venda da palha para fabricação de esteiras. Entre as novidades comerciais apontadas na obra, figurava ainda a abundância de cochonilha presente na Vila do

Príncipe, atual Caicó. Para as localidades de Mossoró e região, o destaque foi para o sal marinho que saía de seu porto, mas também de Aracati.

A obra destacou, em diversos momentos, o criatório bovino e seus derivados, como queijos e manteiga, além da venda de carnes e couros. O sertão, portanto, aparece como extremamente promissor para as rendas provinciais com o desenvolvimento dessas práticas produtivas e maior enlace entre determinados ramos, como a questão do criatório bovino e a extração do sal, o que beneficiou também a venda de peixe seco, por exemplo.

Um tema também explorado por Manoel Ferreira Nobre foi a questão das minas de ferro, enxofre, gesso, salitre, pedra-ume, pedra calcária, cantaria, substâncias betuminosas e pedras cristalinas em geral. O assunto da exploração mineral no período colonial foi debatido por Olavo de Medeiros Filho (1997) no tocante às minas de ferro de Jerônimo de Albuquerque, que, na primeira metade do século XVII, explorava minérios próximo ao engenho Cunhaú, no litoral.

O que depreendo da obra de Manoel Ferreira Nobre é que sua busca por apontar as potencialidades produtivas e comerciais do Rio Grande do Norte a fim de promover políticas de fomento por parte do executivo provincial e no intuito de gerar rendas para a contadoria nos colocou, ainda no século XIX, uma problemática historiográfica que só se revelou na contemporaneidade: foi o sertão, seus produtos e comércio, que mais geraram rendas ao Rio Grande do Norte. Isso posto, o desafio é elucidar melhor em que medida e por quais aspectos o avançar colonizador nos sertões, a partir da segunda metade do século XVII, mudou a balança de rendimentos do litoral para o sertão.

O desenvolvimento historiográfico das proposituras suscitadas na obra de Manoel Ferreira Nobre demorou a surtir efeito, como podemos atestar nas principais obras sobre história do Rio Grande do Norte surgidas na centúria seguinte. Governador do Rio Grande do Norte de 1904 a 1906, Augusto Tavares de Lyra lançou, em 1921, o primeiro grande compêndio de História do Rio Grande do Norte, dando ênfase, no âmbito da economia colonial, unicamente à produção açucareira, pecuarista e algodoeira, com poucos debates sobre o sertão ou relações com abastecimento, mercado interno e intracolonial. Em 1922, numa edição comemorativa ao centenário da Independência do Brasil, Rocha Pombo

publicou outro compêndio apresentando, em linhas gerais, ideias semelhantes às de Tavares de Lira. Com o mesmo título das produções citadas anteriormente e possuindo a mesma estrutura cronológica e factual dos antecedentes, Câmara Cascudo lançou, em 1955, mais uma história do Rio Grande do Norte. Nessa obra, quanto à economia, o autor preocupou-se em mencionar as práticas alimentares, tanto litorâneas quanto sertanejas, e os valores de cada produto utilizado, informando também que “a produção de farinha, milho, feijão, não bastava ao consumo interno” (Cascudo, 1984, p. 387).

No livro *Evolução econômica do Rio Grande do Norte*, publicado pela primeira vez em 1994, Paulo Pereira dos Santos realiza uma sinopse geral dos produtos comercializados, das formas de comercialização e valores de alguns produtos. Contudo, assim como os demais autores mencionados anteriormente, Santos, por entender que, “pelas condições primárias em que se encontrava a economia do Rio Grande do Norte, [...] o comércio da Capitania não seria grande coisa no período colonial” (Santos, 1994, p. 67), deixou de lado a dinâmica interna comercial e as formas de controle da administração pública para efetivar o fomento ao comércio.

A segunda obra historiográfica que apresenta acréscimos historiográficos relevantes a uma nascente área de estudos, a história econômica do Rio Grande do Norte, pode ser constatada com o trabalho de István Árbocz, em *Ensaio sobre a história econômica do Rio Grande do Norte*, de 1986. A discussão do tema e perspectivas diferenciadas começaram a surgir no final da década de 1980, quando Manuel Correia de Andrade publicou *A produção do espaço norte-rio-grandense* com incentivos da própria UFRN, influenciando trabalhos como o de István Árbocz. Húngaro de nascimento, radicado em São Paulo e geógrafo de formação, István Árbocz foi secretário de planejamento do Rio Grande do Norte entre 1967 e 1975, tendo exercido diversos cargos públicos em repartições de desenvolvimento econômico e prestado consultorias especializadas para cidades e empresas também com esse viés estratégico-desenvolvimentista e de expansão econômica. Não por acaso, em seu ensaio sobre a economia colonial potiguar de 1980, é possível verificar um tratamento mais minucioso da produção e consumo, formação de mercado interno e produtos importados e exportados pela Capitania no século XVIII, fornecendo pistas que apontam para uma compreensão da dinâmica interna mercantil

colonial, mas também uma abertura as lógicas comerciais globais, inserindo a Capitania em debates mais complexos no campo da História Econômica.

Um das justificativas apresentadas pelo autor para a produção desse ensaio foi entender o estágio de desenvolvimento do Rio Grande do Norte na década de 1970-1980 a partir da noção de que o “desenvolvimento da economia estadual impede a absorção da oferta de mão de obra decorrente do crescimento populacional” (Arbocz, 1980, p. 17), evidenciando o problema da migração no estado.

Se Manuel Ferreira Nobre, no século XIX, chamava atenção dos órgãos públicos para o sertão como chave para o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte, quase um século depois, István Arbocz nos convida a refletir sobre o trabalho e os trabalhadores e seu papel no desenvolvimento econômico do estado. Era preciso entender melhor as relações de trabalho, como se constituíram as forças produtivas e o emprego da mão de obra nos diversos ramos produtivos para entender os altos índices de migração e a estagnação provocada na economia potiguar. É preciso não esquecer que as temáticas marxistas de pesquisa também foram incorporadas às agendas historiográficas potiguaras, o que explica a relevância do ensaio de István Arbocz, mas que não constituiu um esforço isolado.

Para uma significativa parte dos historiadores econômicos, desde meados da década de 1970,¹ a questão da elucidação das formas de organização e funcionamento dos circuitos mercantis internos no período colonial, tanto no Brasil quanto na América Latina, tem sido apontada como uma necessidade. A crescente preocupação das ciências humanas com problemáticas sociais, como o acesso à terra e as relações de trabalho historicamente construídas, levou os historiadores a investigar o nosso passado agrário, buscando evidenciar as primeiras práticas comerciais endógenas surgidas a partir do imprescindível abastecimento interno e da economia de subsistência na América portuguesa, passando pela formação de mercados internos.

Maria Yedda Linhares, em 1979, já havia assinalado a premência na pesquisa e no aprofundamento da temática sobre o mercado interno,

¹ Devemos notar os esforços empreendidos pela Fundação Getúlio Vargas e a UFRJ quando, no final da década de 1970, estruturaram programas de pesquisa e pós-graduação na área de História da Agricultura, História Agrícola e História do Abastecimento (Linhares, 1979).

ressaltando a importância do desenvolvimento de estudos sobre a pecuária e a cultura de alimentos no Brasil, encarando-os em suas características internas e externas, assim como também se fazia necessário o estudo das inter-relações territoriais. A pesquisadora também apontou um caminho metodológico quando afirmou ser indispensável retomar velhas fontes cartoriais e de natureza municipal, utilizar novas fontes, reavaliar outras já conhecidas e revalorizar velhos textos, de forma sistemática e organizada (Linhares, 1979).

A partir do início dos anos 2000, as renovações temáticas na historiografia norte-rio-grandense do período colonial estão intimamente condicionadas às produções dos professores de História do Rio Grande do Norte da UFRN. É o caso da primeira edição do livro *Introdução à história do Rio Grande do Norte*, de Denise Mattos Monteiro (2000). Com formação em História Econômica pela Universidade de São Paulo, sua obra despertou novas temáticas, sobretudo no tocante às práticas mercantis coloniais, ocupação da terra e formas de trabalho. Também professora de História do Rio Grande do Norte, a professora Fátima Martins Lopes concluiu seu doutorado em 2005 com a tese intitulada *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII*. Essa pesquisa de História Social tratou da formação das novas vilas indígenas fundadas na Capitania do Rio Grande do Norte após 1750, investigando relações de trabalho, produção e consumo nas novas vilas criadas.

No ano de 2007, a historiografia econômica colonial do Rio Grande do Norte foi expandida e ganhou renovação temática com destaque para trabalhos acadêmicos que tratam de aspectos da História Econômica. Cito alguns: as monografias de Dênisson Barbosa, *Água, terra e gado: a colonização da Ribeira do Assú na segunda metade do século XVIII* de Ana Souza, *O homem e o sertão: a colonização da Ribeira do Apodi no século XVIII*; e Myrianne de Albuquerque, *As mulheres no espaço público colonial de Natal: daninhas e mal procedidas*; a tese de Muirakytan de Macêdo, *Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó, séc. XVIII*. Todos esses trabalhos foram relevantes para abertura temática que o Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da UFRN, criado em 2004, provocaria na historiografia nos anos subsequentes.

A terceira e última obra historiográfica que marca essa fundamentação

da área de História Econômica da Capitania do Rio Grande do Norte emerge no ano de 2008 por Denise Monteiro, que publica uma coletânea de artigos com o título *Terra e trabalho na História: estudos sobre o Rio Grande do Norte*. Reunindo quatro artigos resultantes de pesquisas em história agrária, desenvolvidas com o apoio do CNPq, o livro traça um painel sobre a política de terras e a política de mão de obra no Rio Grande do Norte, englobando o período compreendido entre o século XVIII e as primeiras décadas do século XX.

A relevância do trabalho de Denise Monteiro reside no comprometimento que sua obra evoca ao partir do tempo presente e das questões emergentes vivenciadas no Brasil naquela altura. Partindo das origens históricas do problema agrário brasileiro contemporâneo, sobretudo quanto à questão das mortes no campo, a historiadora propôs, nessa coletânea, debater o problema agrário do Rio Grande do Norte, realocando a temática da terra e do trabalho no centro das operações historiográficas. O primeiro de seus contributos nessa coletânea parte de uma espacialidade sertaneja, evocando, de alguma forma, a agenda proposta por Manoel Ferreira Nobre no século XIX. O último de seus capítulos debate a formação do mercado de trabalho, evocando as premissas de pesquisas propostas por István Árbocz algumas décadas antes. Entre essas obras e as idas e vindas da qualidade historiográfica potiguar, a expansão e a consolidação da História Econômica da Capitania do Rio Grande do Norte contaram com os esforços de pesquisa de inúmeros novos profissionais de História, como é o caso das dissertações de mestrado orientadas pela pesquisadora Carmen Alveal no âmbito de seus diversos projetos de pesquisa, em especial a Plataforma SILB – Sesmarias do Império Luso-brasileiro.

Nesse sentido, são alvissareiros os caminhos que a historiografia econômica do Rio Grande do Norte no período colonial tem seguido e proposto: terra, trabalho e produção tem se desdobrado em trabalhos valiosos que tratam sobre as disputas territoriais e as formações dos espaços coloniais, como o de Patrícia Dias (2015) acerca da Ribeira do Apodi-Mossoró; de Tyego Silva (2015), sobre as questões de terra na Ribeira do Assú; de Ana Moraes (2022), sobre as disputas territoriais na Ribeira do Ceará-Mirim; ou mesmo a questão das terras urbanas em Natal, no trabalho de Monique Lima (2018). O tema do trabalho e da escravidão,

bem como a temática das alforrias, pode ser constatado nos esforços de pesquisa de Aldinízia Souza (2018); Danielle Neves (2020) aborda a temática da escravidão e das mestiçagens. Já a temática dos tributos e da Fazenda Real é objeto de Livia Barbosa (2017), que destaca a questão da produção e do comércio da Capitania.

Nesse enlace entre historiografia e emergência temática, partindo de alguns avanços e proposituras da atual História Econômica, pretendo contribuir com o debate sobre a exploração colonial por meio do extrativismo, o criatório e a agricultura mercantil escravista. A história econômica colonial da Terra dos Potiguaras, que no final do século XVI passou a ser Capitania do Rio Grande e durante a primeira metade do XVIII, Rio Grande do Norte, é antes de tudo uma história da devastação da natureza. Marcada por um constante extrativismo vegetal, mineral e animal, esse enredo foi iniciado com a história do comércio do pau-brasil, do sal e do peixe-seco, produtos oriundos das primeiras áreas de expropriação indígena e de ocupação das práticas e das experiências colonizadoras.

2. Exploração colonial, extrativismo vegetal e a finitude dos recursos naturais

A história do pau-brasil no Rio Grande do Norte, que incluiu alianças indígenas e trabalho compulsório para o corte nas matas e condução da madeira tintória para as zonas costeiras, compartilha uma história comum com o processo de substituição da denominação da Terra dos Papagaios para o topônimo Brasil e não se encerra com a malfadada perspectiva dos ciclos econômicos de produção da década de 1970, hoje sem vigor explicativo.

Olavo de Medeiros Filho, baseado na cartografia e na narrativa dos primeiros cronistas, aponta para diversas enseadas na costa da Terra dos Potiguaras que eram frequentadas pelos franceses no século XVI, como, por exemplo, atual Pititinga, o próprio Potengi e o porto de Búzios, assim como a costa das atuais praias de Pipa e Baía Formosa, entre outros locais (Medeiros Filho, 2001) Esse comércio, para além do contrabando com os franceses, foi consentido pelo donatário João de Barros, ainda na década de 1560, e formalizado por arrendamento com intermédio de seus procuradores (Pereira, 2018).

Diante do intenso comércio de pau-brasil que os indígenas realizavam com os franceses, em 1570 o rei de Portugal foi informado sobre a urgência de colonizar a Terra dos Potiguaras antes que os franceses assim o fizessem. Em requerimento enviado pelos filhos de João de Barros após seu fracasso na conquista e sua morte, os herdeiros afirmaram que por volta de 1570 estiveram naquelas terras “dezessete naus de França a carga e são tantos os franceses que vêm ao resgate que até as raízes de pau-brasil levam”. Afirmaram ainda que os franceses negociaram com os indígenas mais de três mil quintais de pau-brasil que se encontravam na costa esperando um navio para transportá-los, mas que essa carga já havia sido negociada com os portugueses e pertenciam aos arrendamentos e contratos de João de Barros (Medeiros Filho, 2001, p. 23).

A confecção do famoso mapa do francês Jacques de Vaulx de Claye, de 1579, demonstra o vigor das relações comerciais entre os Potiguaras e os franceses no comércio do pau-brasil. Esse mapa, que traz informações etnográficas dos Potiguaras e detalhes sobre a costa do que hoje seria o Rio Grande do Norte, foi produzido na intenção de informar a Corte sobre os avanços dos franceses no conhecimento e na prática das alianças indígenas. O autor, Jacques de Vaulx de Claye, supostamente haveria participado dessas expedições e, por volta de 1594, “navegou nas imediações do Rio Potengi em companhia do capitão Jacques Rifoies” (Araújo Júnior, 2019, p. 67).

A toponímia de sítios e lugares na Capitania também ficou marcada por esse passado econômico do pau-brasil. É o caso do sítio ou região da Nau do Rifoies ou apenas Rifoies ou Refoies: um trecho do Potengi onde o traficante francês Jacques Riffault realizava o carregamento de sua nau de pau-brasil e que hoje corresponde a uma parte da área onde foi construída a Base Naval de Natal até, aproximadamente, a Policlínica Militar, mas que durante o século XVIII e XIX correspondia à região do que hoje seria praticamente todo o bairro Alecrim. A faixa litorânea do sítio da Nau do Rifoies, a partir do século XVII, passou ao controle da Câmara de Natal e era arrendada com pagamento de foro pelos moradores.² Encontramos menção também no inventário de Albino Duarte de Oliveira, produzido em 1777, em que registra possuir “uma morada de

² LTVSCN, Liv. 1709-1721, Cx. 01, fls. 85-85v., e Liv. 1815-1823, Cx. 03, fl. 62.

casas de taipa em que moro no sítio Nau do Rifole com as casas de venda” (IHGRN, 1977).

No século XVII, o problema do contrabando de pau-brasil ainda se mantinha noutros termos. Como foi um produto que ingressou nas rotas comerciais portuguesas sob o signo do monopólio, o que explica a permanência do contrabando, o pau-brasil era um recurso exclusivo da Coroa portuguesa e, portanto, negociado diretamente por meio dos feitores da Casa da Índia, função outrora ocupada inclusive por João de Barros. Em 1662, foi registrado no Conselho Ultramarino um parecer sobre um processo de devassa no qual se averiguou o contrabando de pau-brasil na costa da Capitania do Rio Grande no porto de João Lostão, onde possivelmente corresponderia hoje à Baía Formosa (Medeiros Filho, 2001). Esse documento informa que em uma dada ocasião, nesse porto, pós 1654 e antes de 1662, foram apreendidos 200 quintais de pau-brasil já embarcados em uma nau holandesa e que foram rendidos três dos nove holandeses que confrontaram os moradores que se encontravam no local. Muito embora nenhum morador da Capitania tenha sido condenado por alegação de que o contrabando não havia sido realizado “com assistência, ajuda ou favor de algum morador, nem índio vassalos de Sua Majestade”,³ podemos depreender que os moradores do Rio Grande tinham ciência da lucratividade que poderiam auferir nesse contrabando, já que a madeira tintória, por ser exclusiva da Coroa, pagava os custos do corte somente a quem o realizava e não o valor da mercadoria como produto de venda (Dias, 2018).

Durante o século XVIII, a Câmara de Natal efetivou esforços para proteger o monopólio de extração da madeira por parte da Coroa e viabilizar a extração sempre que era solicitada. Em 1722, a Câmara registrou uma solicitação dos contratadores do pau-brasil em Pernambuco, seguida de um despacho do governador de Pernambuco, ordenando que “desse todos os índios necessários para a extração” do pau-brasil. No ano seguinte, as resolutivas da Câmara surtiram efeito, pois esta registrava auxílio com mantimentos para uma sumaca de partida para Pernambuco, “onde descarregaria o pau-brasil que tinha tomado na Barra de Cunhaú”. Já em 1784, a Câmara nomeou “dois homens inteligentes” e “louvados” para arbitrar e conferirem a qualidade e o peso do pau-brasil “que estava no

³ AHU – PA – Rio Grande do Norte. Cx. 1, Doc. 6.

porto de Pirangi para embarcar para Pernambuco”. Da mesma forma, os camarários atuaram na fiscalização de construções civis e atividades agrícolas que poderiam prejudicar o monopólio de usufruto do pau-brasil por parte da Coroa, como foi na fiscalização da reforma da casa de João Duarte da Silva em 1770 e nas ordens passadas para a Câmara da Vila de São José em 1806 de que se proibissem “roçados em matas que tem pau-brasil”.⁴

O extrativismo predatório dos recursos naturais, como o pau-brasil, marca o início da história econômica colonial do Rio Grande do Norte e, muito embora as tinturas artificiais tenham surgido no século XIX, essa madeira continuou sendo objeto de exportação até o início do século XX. Essa história inicial de extrativismo parece ter marcado indelevelmente o destino econômico do Rio Grande do Norte, como podemos constatar na história do sal no século XVII e, muito posteriormente, da xelita e do petróleo no século XX.

O sal marinho destinou-se à exploração comercial desde as primeiras décadas do século XVII, embora também tenha sido um dos primeiros produtos a sofrer o monopólio real de comércio – iniciado em 1658 e somente extinto em 1801, tendo como base a proteção das salinas lusitanas (Dias, 2013). As cláusulas do estanco e contratos de comércio de sal no Brasil determinavam que os moradores das salinas de Pernambuco, Cabo-Frio e Rio Grande “poderão usar livre de todo o sal que produz a natureza, e se fabrica nas ditas salinas; mas de nenhuma sorte, nem eles, nem outra alguma pessoa, o poderão navegar para a Bahia, Rio de Janeiro e Santos, nem pra outras Capitanias”.⁵ À revelia das decisões da Coroa, na Capitania do Rio Grande, o sal local, além de amplamente consumido, foi exportado para outras capitanias.

Frei Vicente de Salvador, em sua obra *História do Brasil de 1627*, afirmou que no Rio Grande havia grandes “salinas, onde naturalmente se coalha sal em tanta quantidade que podem carregar grandes embarcações todos os anos, porque assim como se tira um, se coalha, e cresce continuamente outro” (Salvador, 1903, p. 38). De acordo com Manuel Correia

⁴ Na sequência, por ano: LTVSCN, Liv. 1721-1735, Cx. 01, fls. 16v.; 25v.-26, Cx. 02, fls. 76v., e 77v.; Cx. 02, fls. 94-94v. Cx. 03, fls. 54-54v.

⁵ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ). *Junta da Fazenda da Província do RN*. Cód. 439, Liv. 01, fls. 04-05.

de Andrade, as palavras de Frei Vicente de Salvador coadunam com a situação morfológica, climática e geográfica da Capitania do Rio Grande, já que no litoral do atual Nordeste as marés oceânicas têm grande amplitude, permitindo assim a existência de uma larga faixa que fica coberta pelo mar durante a maré alta e descoberta na maré baixa. Nessas áreas, existem largas embocaduras de rios – como o Piranhas-Assú e Apodi-Mossoró – com vários quilômetros de largura por onde a água do mar penetra na maré alta e, ao se retirar, “deixa nas depressões existentes no meio das várzeas, poças d’água, lagoas e canais onde se acumula, ficando exposta à evaporação, devido à intensidade dos ventos e a elevada temperatura”, formando grandes planícies de sal (Andrade, 1995, p. 19-20).

A ocupação das terras em torno das salinas seguiu uma lógica de ocupação mercantil colonial dos espaços moldada a partir das práticas extrativistas, ou seja, uma ocupação paulatina e intermitente, ritmada pelo extrativismo durante o século XVII, com fixação das moradias coloniais a partir do uso do trabalho de escravizados indígenas na coleta do sal, pesca e salga de peixes para o comércio, durante o século XVIII. Na primeira metade do século XVIII, por exemplo, Inácio Gomes da Câmara solicitou confirmação de usufruto legal por sesmaria de terras nas praias das salinas conhecidas como Caiçara, sendo que seu estabelecimento no local era anterior a 1735, ano de escrita do título. O padre João de Melo, da Companhia de Jesus e superior da Missão dos Índios do Guajirú, pediu em 1729 a confirmação de uma sesmaria na costa das salinas em Água Maré, hoje Guamaré, já usada para a pesca com mão de obra indígena e que havia sido passada anteriormente pelo capitão-mor, Domingos de Moraes Navarro. Nas salinas de Água Maré já se encontrava também Francisco Carvalho Alcácer, quando pediu confirmação de sua sesmaria de 1780, que incluía trapiches e manguezais, somadas a outras duas sesmarias que já havia solicitado, todas na costa salineira da Capitania; assim como já se encontrava nas terras das salinas João Francisco dos Santos, quando pediu confirmação de sua sesmaria passada em 1793.⁶

Quanto ao comércio interno de sal, os poucos registros disponíveis apontam para uma crescente inflação nos preços praticados, pelo menos no valor do sal para uso doméstico. Um dos motivos seria o desinteresse

⁶ SILB. Cartas RN 0915, RN 0447, RN 0511, RN 0841, RN 0661, RN 0660 e RN 0889. Disponível em: <<http://www.silb.cchla.ufrn.br/>>. Acesso em 9 de outubro de 2020.

dos comerciantes em abastecerem com regularidade a oferta de sal nas localidades, preferindo instalar-se nas salinas ou dispor de escravizados e trabalhadores dedicados à extração e venda de sal para o comércio intracapitanias, direto das áreas litorâneas extrativistas e com ancoradouros para pequenos barcos. Outro motivo adveio da extração e do comércio de sal destinados aos negócios de salga e desidratação de peles e animais, como o curtimento do couro e a produção de carnes e peixes secos, como veremos adiante. Esse quadro de desabastecimento levou a Câmara de Natal, de tempos em tempos, a expedir mandados para que os comerciantes de sal regularizassem a oferta local, buscando, sempre que possível, adequar as determinações régias ao controle local. Ainda em 1674, por solicitação do Provedor da Fazenda Real, a Câmara resolveu que era mais prudente, embora contrariando o Desembargador, permitir as pescarias e a ida de barcos de pesca com índios às salinas, “em virtude dos lucros com as pescarias, sal e dízimos para a Fazenda Real”. Mais de três décadas depois, ela emitiu nova decisão na qual era permitido “a ida de caboclos e barcos às Salinas para tirar sal” apenas com permissão.⁷

O controle direto da Câmara no abastecimento pode ser constatado no caso dos comerciantes Antônio Lopes de Lisboa e Manuel Gonçalves Branco, em 1711, quando a Câmara os notificou para que “trouxessem em seus barcos sal que estava em falta”, ou em 1788, quando notificava que se conduzisse alqueires de farinha para as salinas, “visto ser necessário trazer sal ao povo”.⁸ Em 1720, a comerciante Caterina de Oliveira foi penalizada em correição da Câmara de Natal “por descumprir os editais ao se recusar vender sal ao Povo”. Provavelmente, após o falecimento do marido, ela tenha guardado o sal para vendas futuras ou mesmo para consumo próprio. O caso de Caterina de Oliveira foi somente mais um dos ocorridos, já que, em 1740, a Câmara mandou que o Almotacé Manoel de Melo Albuquerque vistoriasse, na ribeira da cidade, o barco do sargento-mor Gregório de Oliveira e Mello e “várias casas para ver se havia sal escondido, em falta para o Povo”.⁹

Além da oferta, coube à Câmara de Natal regularizar o preço máximo de comercialização do alqueire de sal por meio de seus dispositivos

⁷ LTVCN. 1674-1698, Cx. 03, fls. 02-02v; e LTVCN. 1709-1721, Cx. 01, fls. 05-05v.

⁸ LTVCN. 1709-1721, Cx. 01, fl. 42v; e LTVCN. 1784-1793, Cx. 03, fl. 79v.

⁹ LTVCN. 1719, Cx. 01, fl. 8v; e LTVCN. 1737-1742 Cx. 01, fls. 79-79v.

legais. Essa realidade de exorbitância no preço do sal doméstico não se afigurou somente em Natal: em 1811, o preço do alqueire do sal chegou a 1\$680 réis em Vila Flor e 1\$600 em Apodi, preços superiores aos praticados em Natal durante todo o século XVIII (Lopes, 2005).

Uma das explicações para a inflação do preço interno do sal pode ser constatada nos dados de exportação. No início do século XIX, foi registrada a extração de 35.026 alqueires de sal por ano, entre 1811 a 1813. Desse montante, apenas 33% foi consumido internamente, enquanto quase 70% da produção total foi exportada para Pernambuco. De acordo com dados colhidos pelo capitão-mor José Inácio Borges em 1817, a Capitania exportava anualmente, pelo menos, 20 sumacas de sal. Registros do porto de Aracati, no Ceará, do final do século XVIII, informam que cargas de sal do Rio Grande do Norte seguiram dos portos das salinas de Mossoró e Água Maré para os mercados de Pernambuco e Alagoas. A sumaca Nossa Senhora dos Anjos, oriunda de Pernambuco, passou pelas salinas de Mossoró por volta de 1798, foi carregada de sal, aportou em Aracati, foi carregada de “efeitos da terra”, ou seja, produtos ou mantimentos de Aracati, e seguiu de volta para Pernambuco.¹⁰

Ainda sobre o problema do preço do sal nas localidades litorâneas, podemos afirmar que esteve relacionado diretamente à produção de um produto colonial relevante ao Rio Grande do Norte: o peixe seco ou salgado.

Um dos aspectos que demonstram a relevância da pesca na formação econômica da Capitania pode ser constatado nas primeiras sesmarias doadas na Capitania entre 1600 a 1614: 10% apontam a pesca como atividade de aproveitamento da terra (Morais, 2014). Esse ritmo de distribuição de terras entrecortadas por lagoas de atividade pesqueira não demorou a trazer problemas. Em 1680, a Câmara de Natal decidiu escrever ao governador de Pernambuco, como uma demonstração de insatisfação e medição de forças com os capitães-mores, solicitando que o governador interviesse na distribuição das terras nas praias e de atividade pesqueiras das salinas, uma vez que, dadas por sesmarias a várias pessoas, estava causando danos aos moradores dessa Capitania, “que costumavam colocar

¹⁰ BNRJ. Mapa geral do Rio Grande do Norte, 1811, 1812 e 1813. I – 32, 10, 5; ANRJ. Vice-reinado, Cod. fun.: Doc. 9, Notação: Cx. 76; LIVRO de Notas do Aracati, 1767-1802. Acervo particular de Almir Leal.

suas redes nelas e agora não podiam mais o fazer porque as terras eram de donatários”.¹¹

Os tributos sobre a atividade da pesca estavam previstos nas cartas de doações e forais das Capitanias ainda no século XVI (Barbosa, 2017a), cabendo às Câmaras locais legislar, tributar, coletar e vigiar pelo funcionamento dessa arrecadação. Na Câmara de Natal, por exemplo, há uma preocupação constante registrada nas atas das reuniões durante os séculos XVII e XVIII, tanto em tributar esse comércio quanto em garantir o abastecimento na cidade (Barbosa, 2017b).

Durante todo o século XVIII, muitos foram os editais, posturas e mandados diversos emitidos pela Câmara de Natal para que os comerciantes e pescadores vendessem ao povo o peixe pescado, não salgassem antes de vendê-lo fresco e mesmo depois de salgado, e que fosse oferecido primeiro aos habitantes da Capitania para depois seguir para exportação. Essas constantes reclamações no desabastecimento de peixe, mesmo com toda a extensão litorânea e lagoas próximas a Natal, são explicadas pelas preferências dos pescadores e comerciantes de peixe em salgar os peixes e vendê-los para fora da Capitania, sobretudo, para Pernambuco. Na primeira década do século XIX, a Capitania produziu 461 mil peixes secos; 40% da produção era consumida e permanecia no comércio local, e 60% era exportada para Pernambuco. . Na Vila de Extremoz, em 1811, foram produzidos 66 milheiros de peixe seco, exportando-se mais de 90% da produção para Pernambuco.¹²

Essa preferência no comércio intracolonial mais lucrativo e seguro de peixe seco não se perpetuou no tempo apenas por questões de mercado, oferta e procura. A atividade da pesca e salga dos peixes na Capitania do Rio Grande foi baseada em variadas formas de trabalho, que foram desde o trabalho compulsório indígena e negro ao trabalho livre de pescadores e salgadores que estabeleciam variadas formas de parcerias, incluindo proprietários de redes de pesca e donos de barcos. A título de exemplo, na Vereação de 10 de dezembro de 1732, a Câmara de Natal notificou o mestre do barco Nossa Senhora do Carmo e Santa Tereza, oriundo de Pernambuco com destino às salinas da Capitania, “para que declarasse

¹¹ LTVCN. 1674-1698, Cx. 03, fl. 35v.

¹² BNRJ. Mapa geral do Rio Grande do Norte, 1811, 1812 e 1813. I – 32, 10, 5; IHGRN. Mapa comparativo da Vila de Extremoz, 1811, Cx. mapas.

quantas redes e tresmalhos tinha levado no seu barco para as salinas da costa”. O mestre do barco declarou ter levado sete redes: uma rede do capitão Francisco Garcia, morador em Goiana; uma rede e duas pares de tresmalho de Felipe Bezerra, morador na cidade de Olinda; uma par de tresmalho de Gonçalo Bezerra, morador na Boa Vista de Pernambuco; uma par de tresmalho do crioulo alferes Domingos da Costa de Pernambuco, na vila de Santo Antônio; e um tresmalho solteiro (rede de pesca menor) de João do Vale, morador na Barra de Goiana.¹³

Essa verificação ilustra um dos aspectos peculiares ao comércio colonial nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil: as relações estabelecidas pelo grupo mercantil assentado na praça do Recife, no tocante à produção e ao comércio, acabavam fortalecendo os laços de dependência regional. Fosse com créditos, ferramentas de trabalho e até mão de obra, negociantes mais abastados acabavam rentabilizando ganhos a partir do escoamento da produção para suas áreas de influência comercial, provocando menor oferta de serviços e produtos em nível local e os inflacionando (Dias, 2017).

A posse da terra litorânea, as variadas relações de trabalho e os pormenores dos aspectos produtivos e comerciais do pau-brasil, do sal e do peixe seco nos informam sobre como o início da história econômica colonial do Rio Grande do Norte, sobretudo no século XVII, esteve baseado em um extrativismo vegetal, mineral e animal predatório que atendeu, em grande medida, às dinâmicas mercantis coloniais de exportação e beneficiamento do comércio intracapitanias, em detrimento das populações locais e do crescimento econômico interno.

3. Fazendas de criatórios, produção de alimentos e agricultura mercantil escravista

Os famosos e fictícios diálogos entre Brandônio e Alviano nos informam sobre a decepção lusitana enfrentada no primeiro século de colonização em relação à Capitania do Rio Grande: “não há nela engenhos de fazer açúcares mais de um até o ano de 1618, por a terra ser mais disposta para pastos de gado, dos quais abunda em muita quantidade” (Brandão, 2010, p. 66). O autor dos *Diálogos das grandezas do Brasil*, Ambrósio

¹³ LTVCN. 1732; LTVCN. 1721-1735, Cx. 01, fls.128-129.

Fernandes Brandão, bem como uma série de outros cronistas nas primeiras décadas da colonização, foram depreciadores ao afirmar que as poucas terras de massapé não vingariam vultosas safras de cana. Em 1627, inclusive, Frei Vicente de Salvador (1903) afirmou que as terras do Rio Grande do Norte eram de areia solta, a pior do Brasil. Muito embora esses cronistas da primeira hora estivessem voltados para o projeto colonial do açúcar, estudos posteriores confirmaram suas narrativas, uma vez que no Rio Grande do Norte dominavam “solos terciários planos, de tabuleiros, que não eram favoráveis” à cultura da cana de açúcar; além disso, as “condições climáticas também limitavam a expansão da cultura, de vez que os totais pluviométricos anuais caíam à proporção que se encaminhava do sul para o norte” (Andrade, 1988, p. 13).

Nesse sentido, ao sul de Natal, ainda em 1604, foi solicitada uma extensa porção de terra na faixa litorânea do vale do Cunhaú, atualmente Canguaretama, onde foi fundado o primeiro engenho da Capitania, o Engenho de Cunhaú, constituindo o modesto centro econômico açucareiro do Rio Grande do Norte. Somente na segunda metade do século XVIII encontramos referências sobre a existência de outras unidades produtoras de açúcar na Capitania, no relatório produzido pelo capitão-general de Pernambuco, José Cezar de Menezes, em 1774: “cinco engenhocas das quais algumas delas fazem finos açúcares de bom peso que encaixam”, na Cidade do Natal, e “vinte e duas engenhocas que só fazem mel e rapadura”, na Vila de São José (Menezes, 1744). Não por acaso, na primeira metade do século XIX, a exportação do açúcar, juntamente com a aguardente, a rapadura e o melaço, não perfez 10% dos valores totais de exportação da província. O pouco açúcar branco produzido em Cunhaú e seu entorno seguiu os rumos da exportação, e para o consumo local destinaram-se, em maiores proporções, as rapaduras ou mesmo o açúcar mascavado.

Se o projeto colonial do açúcar não vigorou, restou a pecuária. Terras boas para o gado de todas as sortes: *vacum*, *cabrum*, *ovelhum*, *muare*s. Foi na empreitada colonial baseada na pecuária, no genocídio das populações do sertão, no passo do boi, no tanger do aboio e no chicote do sertanejo, que a capitania do Rio Grande do Norte firmou seu lugar de destaque na história econômica colonial e fomentou seu modelo de desenvolvimento mercantil mais expressivo: em torno das fazendas. Após a reconquista portuguesa em 1654 e o aprendizado da guerra holandesa,

recrudesceram as motivações e as investidas para a conquista dos sertões. A Terra dos Potiguaras já havia sido dominada e era preciso investir na Terra dos “Tapuias”. A solução foi fomentar o modelo de colonização baseado na pecuária: ocupação das terras planas próximas aos rios sazonais e olhos d’água; montagem da fazenda com seus currais, cercas, equipamentos, casa grande e organização do trabalho com a lida do gado nucleada na mão de obra dos vaqueiros, tangedores e pessoas escravizadas para as atividades diversas.

O processo de ocupação colonial dos sertões não foi tranquilo e isento de disputas. A série de episódios bélicos, chamada à época de Guerra dos Bárbaros e que hoje denominamos Guerras de Conquista dos Sertões, marcou com sangue e pólvora as paragens sertanejas, desde o Recôncavo Baiano até o atual Maranhão, ganhando expressão de violência nos sertões do Rio Grande. Nessa capitania e com a participação ativa dos membros da Câmara de Natal (Alencar, 2017), era chamada de Guerra do Açú, por ter sido naquelas paragens onde se registraram os mais violentos e sangrentos episódios (Araújo, 2007). Aos poucos, como explicou Muirakytan Macêdo, no sertão da Capitania, “movidos pela abertura de fronteiras que possibilitaram a animação do mercado interno com a comercialização do gado”, deram início a um grande reordenamento demográfico, catastrófico, em grande medida, para os indígenas, mas rico de novos reordenamentos sociais. Junto ao modelo de ocupação das terras previamente definido em torno da pecuária já praticada por antigos moradores no século XVII, como afirmou Patrícia Dias (2015), seguiram as transformações demográficas, afinal, a despeito do índice deficitário de mulheres, “famílias coloniais foram transplantadas ou germinaram na sementeira das novas terras dedicadas à criação do gado” (Macêdo, 2007, p. 34).

Durante o século XVIII, a distribuição de terras nos sertões nos informam sobre essa transformação dos espaços: na Ribeira do Apodi, quase 86% de toda a terra foi solicitada para a pecuária e para a lavoura de subsistência e mercantil (Souza, 2007); na Ribeira do Assú, 84% de toda a terra requerida na segunda metade do século XVIII foi justificada como para a pecuária e para lavoura de subsistência e mercantil (Barbosa, 2007); e na Ribeira do Seridó o quadro se repete: naquela região, quase 70% das sesmarias foram reivindicadas para o mesmo fim (Macêdo, 2007). Esse quadro de ocupação colonial dos sertões pela pecuária, em grande

medida, é confirmado também por meio da análise global das sesmarias nas Capitanias do Norte estudadas por Carmen Alveal (2019). No caso da Ribeira do Assú, esse custoso e violento processo de transformação de territórios nativos em espaços coloniais criou uma dinâmica mercantil pujante, em que triunfaram as fazendas de criar gado, as olarias e as oficinas de charqueadas (Silva, 2015).

O gado, por sua vez, foi se alastrando nas paragens sertanejas e multiplicando-se em proporções cada vez maiores, durante todo o período colonial. Força motriz, leite, manteiga, queijo, carne, couro, gordura animal, muitas foram as aplicabilidades do gado e sua utilização, tanto no cotidiano da subsistência (no âmbito da alimentação, vestuário e utensílios domésticos) quanto nos circuitos mercantis coloniais internos e de exportação. O trabalho nas fazendas de gado não escapou aos moldes coloniais, e, portanto, a produção e o comércio não poderiam deixar de estar atrelados à escravidão, moldes econômicos típicos da economia colonial.

Conforme estudo de Michele Soares para a Ribeira do Seridó, uma posseira de terras habitante na atual cidade de Serra Negra do Norte, chamada Teresa Maria da Conceição, confirmou possuir 19 cativos e um número impressionante de fazendas distribuídas em toda jurisdição da Vila do Príncipe no final do século XVIII. Das cinco fazendas que constam em seu inventário, três delas eram de criar gados, uma das fazendas era de “terras de plantar”, sendo as pessoas escravizadas distribuídas em suas fazendas, ocupados com a pecuária, com a produção de alimentos e os serviços domésticos diversos (Lopes, 2008).

Na Ribeira do Apodi, jurisdição da vila de Portalegre, a situação não foi diferente. Dos inventários analisados por Maria Medeiros, situados no século XVIII, o maior número de animais consta do inventário do capitão-mor das Ordenanças da Ribeira do Apodi, João Ferreira da Silva, de 1786, com fazendas especializadas no criatório bovino. Ele deixou, na ocasião de sua morte, 303 cabeças de gado e 23 cavalos e poldros, tendo oito escravizados para a manutenção desses animais e fazendas. Fazendas de animais variados e quantidade vultosa de escravizados possuía Josepha Ferreira de Araujo, inventariada em 1794, deixando 30 cabras, nove ovelhas, sete bestas, sete bois, 35 novilhos e 20 vacas; esses animais estavam aos cuidados de 11 escravizados, os quais também eram responsáveis por produzir queijos e manteiga do leite das vacas (Medeiros, 1995).

De acordo com Olavo de Medeiros Filho (1983, p. 31), “a quantidade de escravos, para cada amo ou senhor, variava de uma, a trinta e duas peças. Os fazendeiros, dedicados exclusivamente à criação, possuíam uma menor quantidade de escravos”. Esse número de pessoas escravizadas poderia ser maior caso, além do criatório, a fazenda se ocupasse da fabricação de queijos e manteiga e a explorasse em atividades agrícolas diversas.

Retomando aos dados de exportação para melhor dimensionar a relevância dos sertões na economia colonial do Rio Grande do Norte, entre os anos de 1811 e 1813, bois e vacas foram os animais de maior exportação da Capitania, sendo que 48% do rebanho foi destinada aos portos de Pernambuco. Em 1807, por exemplo, por meio dos dados apresentados pelos capitães de ordenanças e os dizimeiros das ribeiras, apenas a vila de Portalegre – contando com os espaços institucionais de sua jurisdição, ou seja, as várzeas de Pau dos Ferros e Apodi – havia exportado para Pernambuco 4.200 cabeças de boi. Em 1811, a Vila da Princesa (Assú) exportou 2.060 cabeças de bois, também para Pernambuco (BNRJ, 1811). Os demais 52% de todo o rebanho registrado naquele ano, embora não tenha sido conduzido vivo para as feiras e matadouros, não significa que permaneceu para o consumo interno.

Como foi explicitado anteriormente em relação ao peixe seco, o sal desempenhou um papel fundamental na economia colonial, tanto como produto em si quanto sua aplicação para a fabricação de outros produtos. Com probabilidades de auferir maiores lucros de venda com o charque ou carne-seca – depois chamado de carne do Ceará –, os fazendeiros, que possuíam sesmarias nas imediações de terras salineiras, passaram a abater o gado e vender sua carne já cortada e salgada, de preço muito mais elevado do que a fresca e de menores possibilidades de prejuízo do que vendendo o gado vivo – os animais andavam léguas para chegar aos pontos de venda, emagrecendo e sujeitos à morte; além disso, os fazendeiros arcavam com os custos de tangerinos e vaqueiros para a condução do gado. Essa especialização de negócios criou as *oficinas* de carne seca instaladas próximas à foz dos rios Piranhas-Açu e Apodi-Mossoró (Monteiro, 2012).

Aliado a isso, o mercado do couro exigia o sal para a desidratação das peles dos bois. Reiterando as afirmativas do início desta seção, os couros representavam, na primeira metade do século XIX, o principal rendimento da província, com uma representatividade de mais de 30%

sobre tudo que foi exportado. A documentação do período colonial apresenta variados nomes para o couro curtido, dependendo das características e do tipo de pele manufaturada. Além do sal, aos couros curtidos nos sertões eram adicionados algum tipo de pó de casca de árvores que os tornavam mais firmes. As cascas de árvores mais usadas na Capitania do Rio Grande do Norte foram as árvores dos manguezais, por possuírem alta concentração do ácido tânico, também denominado de tanino, designação essa atribuída a várias substâncias orgânicas muito difundidas no reino vegetal, as quais são ligeiramente solúveis em água. O corte dos manguezais nas fozes dos rios Piranhas-Açu e Apodi-Mossoró para a confecção de couros aliou a produção pecuarista nas fazendas com a depredação extrativista dos manguezais.

Ainda dentre esse quadro produtivo do sertão, podemos destacar a relevância de dois outros produtos: a farinha de mandioca e o algodão. Nativa dessas terras e de aproveitamento dos indígenas, rica em calorias e de cultivo menos penoso comparado à produção açucareira ou aos cuidados que requeriam outros tipos de lavouras, a farinha de mandioca acabou tornando-se um dos elementos básicos da alimentação colonial, o “pão do Brasil”, como afirmou o viajante inglês Henry Koster em 1810 (Koster, 1942, p. 113).

As solicitações para o plantio de mandioca, controle na saída desse gênero para fora da Capitania e as punições para quem descumprisse essas diretrizes foram temas constantes por parte da Câmara de Natal durante todo o período colonial, sobretudo em períodos de estiagem. Três mecanismos de fomento à produção de farinha e controle comercial desse produto foram utilizados pela Câmara para garantir o abastecimento constante: vigilância nas roças, vigilância no comércio e solicitações de envio de farinha dos sertões para o litoral. A farinha de mandioca, largamente produzida nos sertões e também em áreas adjacentes a Natal, foi produto de grande relevância comercial a ponto de ter provocado desabastecimento e inflação do preço em Natal, já que os alqueires de farinha de mandioca seguiam para mercados de exportação mais rentáveis.

O algodão, sob a perspectiva da agricultura mercantil de exportação, desempenhou uma relevância econômica superior nos moldes coloniais de exploração, uma vez que era exportado praticamente sem processos de manufatura, com a exceção da retirada dos caroços. Durante as últimas

décadas do século XVIII, o algodão entrou para pauta de produção em larga escala na Capitania, diversificando a produção, consumo, exportação e até importação, tendo em vista o progresso mercantil que representou o algodão no Rio Grande do Norte como um todo. Com os algodoais, aumentou o número de escravizados e variaram as investidas fiscalizadoras das instituições sobre esse novo e rentável produto.

Em 1782, o governador de Pernambuco escreveu uma carta à Câmara de Natal exigindo envios de cargas de farinha para Recife e intervenção quanto à crise do desabastecimento, uma vez que “os povos que viviam daquela agricultura se entregaram à plantação do algodão, esquecendo-se quase todos dos mais importantes gêneros, quais sejam, da farinha”. Já em 1777, Ana Maria Cabral, moradora da vila de Portalegre, foi multada por não tirar licença por tecer plumas de algodão.¹⁴ De acordo com Olavo de Medeiros Filho, a partir de 1788, “o algodão em lã já era considerado gênero de exportação na Ribeira do Seridó. A arroba do produto em pluma tinha o seu preço variável entre 4\$000 e 5\$500. O algodão em caroço variava entre \$640 e 1\$000”. De acordo com o pesquisador, “tal informação indica a existência, àquela época, dos denominados engenhos de descaroçar algodão” (Medeiros Filho, 1983, p. 36).

A riqueza do algodão que chegou nos sertões e que enriqueceu também os negociantes do litoral permitiu a formação de uma força política e contestadora no final do século XVIII. Foram o algodão e a adesão de homens e mulheres aos movimentos separatistas que denunciavam os entraves do comércio colonial que permitiram 1817 existir. De acordo com Evaldo Cabral de Mello, foi justamente o surto algodoeiro depois de 1780 que teria reaquecido a economia da região após o fim da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. A Revolução de 1817, que contou com baixa adesão dos senhores de engenho e foi encampada pela aristocracia algodoeira do sertão, os problemas do comércio colonial e do controle reinol nas exportações e importações, aparecem como motivações para a separação (Mello, 2014; Mota, 1972).

Sufocado o movimento, assassinados os articuladores e presos os revoltosos, a Coroa portuguesa passou a se ocupar melhor do algodão o ponto de, em 3 de fevereiro de 1820, Dom João VI decretar a criação da

¹⁴ Carta do Governador de Pernambuco. Recife, 05 de fevereiro de 1782. LTVSCN., Liv. 14, Cx. 04; LTVSCP. IHGRN, Liv. da Câmara de Portalegre, 1771 a 1794.

Alfândega do Algodão na cidade de Natal e o corregedor, no mesmo ano, solicitar à Câmara de Natal “uma relação dos negociantes, dos fiadores de algodão e dos oficiais das Justiças”, para dar oportunidade à nova instituição metropolitana.¹⁵

A larga produção sertaneja de algodão que se adensava nas primeiras décadas do século XIX desnudou o problema dos espaços jurisdicionais a partir dos dízimos não cobrados e conflitos de fiscalização e jurisdição. O algodão do sertão escapava das malhas de controle litorâneo estabelecido pela Alfândega e seguia as velhas rotas de escoamento por Aracati, as estradas velhas e as rotas carroçáveis.

Se, por um lado, os caminhos do gado produziram rotas mercantis e ligações entre os diferentes pontos da América portuguesa, por outro, a constituição das fazendas promoveu a formação e consolidação de extensas porções de terras voltadas às atividades criatórias e, mais tarde, o plantio de algodão. Os produtos advindos dessas atividades colocaram a Capitania do Rio Grande do Norte nos circuitos mercantis coloniais, fossem eles dentro da própria colônia ou nos circuitos além-mar, e trouxeram problemas, os mais diversos, para o desejo por parte da Coroa portuguesa de sempre controlar as terras, as gentes e o comércio.

4. Considerações finais

O estudo da história econômica da Capitania do Rio Grande do Norte revela uma dinâmica marcada pela reconfiguração espacial e pela violência estrutural. A transição do eixo produtivo do litoral (pau-brasil, sal e pesca) para o sertão (pecuária, algodão e agricultura mercantil) consolidou um modelo econômico assentado na exploração predatória de recursos naturais e na escravização de indígenas e africanos. Enquanto o extrativismo litorâneo gerou riqueza sob monopólio real e desabastecimento local, a interiorização promoveu a formação de um *sertão mercantil*, onde fazendas escravistas impulsionaram circuitos comerciais regionais e exportadores, especialmente após a ascensão do algodão no século XVIII.

Essa trajetória expôs contradições fundamentais: a pujança econômica das ribeiras sertanejas contrastou com a espoliação das populações

¹⁵ ANRJ. Decreto de 03 de fevereiro de 1820, notação: IJJ 2-433; e LTVSCN. Liv. 1815-1813, Cx. 03. fls. 77v.-78.

nativas, a degradação ambiental e a manutenção de hierarquias sociais brutais. As instituições coloniais – como as Câmaras Municipais e a Provedoria da Fazenda – atuaram como agentes ambíguos, regulando conflitos agrários e controlando tributos, mas também reforçando dependências regionais, sobretudo em relação a Pernambuco.

Ao articular fontes primárias diversas (sesmarias, inventários, mapas comerciais e atas camarárias), o artigo demonstra que o lócus do poder econômico potiguar se deslocou definitivamente para o sertão no alvorecer do século XIX, legando um padrão de desenvolvimento desigual que reverberaria no período imperial. Tal conclusão não apenas corrobora as teses pioneiras de Manoel Ferreira Nobre (século XIX), mas dialoga com a historiografia contemporânea ao evidenciar como terra, trabalho e circulação mercantil forjaram identidades regionais e estruturaram conflitos sociais duradouros. Por fim, o caso potiguar ilustra a complexidade da colonização portuguesa na região, onde a combinação entre extrativismo, escravidão e expansão pecuária moldou não apenas economias, mas territórios de resistência e memória.

Referências

A'RBOCZ, I. I. L. *Ensaio sobre a história econômica do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 1980.

ALBUQUERQUE, M. C. O. de. *As mulheres no espaço público colonial de Natal: daninhas e mal procedidas*. Natal: UFRN, 2007 (Monografia de Graduação em História da UFRN).

ALENCAR, J. C. V. de. *Para que enfim se colonizem estes sertões: a Câmara de Natal e a Guerra dos Bárbaros (1681-1722)*. Natal: UFRN, 2017 (Dissertação de Mestrado em História e Espaços da UFRN).

ALVEAL, C. Uma análise preliminar das sesmarias nas Capitanias do Norte. In: SILVA, Gian Carlo de Melo (Org.). *A época moderna e o Brasil colonial: conceitos, fontes e pesquisas*. Maceió: EDUFAL, p. 231-242, 2019.

ANDRADE, M. C. de. *O território do sal: a exploração do sal marinho e a produção do espaço geográfico no Rio Grande do Norte*. Natal: UFRN/CCHLA, 1995.

ANDRADE, M. C. de. *Usinas de açúcar e destilarias no Rio Grande do Norte e na Paraíba: agro-indústria canavieira e a produção do espaço*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1988. (Col. Mossoroense, série C, v. CDXXVI)

ARAÚJO JÚNIOR, P. P. de. “*Não é terra de préstimo e nunca foi povoada*”: a territorialização dos sertões do Cabo de São Roque. Natal: UFRN, 2019 (Dissertação de Mestrado em História e Espaços da UFRN).

ARAUJO, S. G. *O muro do demônio: economia e cultura na Guerra dos Bárbaros no nordeste colonial do Brasil – séculos XVII e XVIII*. Fortaleza: UFC, 2007. (Dissertação de Mestrado em História da UFC).

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Rio Grande do Norte. Cx. 1, Doc. 6. Manuscrito.

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (ANRJ). *Junta da Fazenda da Província do Rio Grande do Norte*. Manuscrito. Cód. 439, Liv.01, fls. 04-05.

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (ANRJ). Vice-reinado. Cod. fun.: Doc. 9, Notação: Cx. 76.

BARBOSA, D. R. da C. *Água, terra e gado: a colonização da Ribeira do Assú na segunda metade do século XVIII*. Natal: UFRN, 2007 (Monografia de Graduação em História da UFRN).

BARBOSA, K. B. C. *A Câmara de Natal e os homens de conhecida nobreza: governança local na Capitania do Rio Grande (1720-1759)*. Natal: UFRN, 2017a (Dissertação de Mestrado em História e Espaços da UFRN).

BARBOSA, L. B. da S. *Das ribeiras o tesouro, da receita o sustento: administração da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande (1606-1723)*. Natal: UFRN, 2017b (Dissertação de Mestrado em História e Espaços da UFRN).

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (BNRJ). Mapa geral do Rio Grande do Norte, 1811, 1812 e 1813. Manuscrito. I – 32, 10, 5.

BRANDÃO, A. F. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, [1618] 2010.

CASCUDO, L. da C. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Achiamé, 1984.

CASCUDO, L. da C. *Viajando o sertão*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, [1934] 1992. (Col. Mossoroense, série B, n. 1138).

CONTADORIA da Thesouraria Provincial do Rio Grande do Norte de 1845 a 1848. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acesso em: 8 de outubro de 2020.

DIAS, P. de O. *Onde fica o sertão rompem-se as águas: processo de territorialização da ribeira do Apodi-Mossoró (1676-1725)*. Natal: UFRN, 2015 (Dissertação de Mestrado em História da UFRN).

DIAS, T. O negócio do pau-brasil, a sociedade mercantil Purry, Mellish and Devisme e o mercado global de corantes: escalas mercantis, instituições e agentes ultramarinos no séc. XVIII. *Revista de História*, n. 177, a03117, p. 1-39, 2018.

DIAS, T. Produção, consumo e comércio nas Vilas do Rei. *Mneme – Revista de Humanidades*, v. 14, n. 32, p. 1-31, 2013.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE (IHGRN). Livros de Termos de Vereação do Senado da Câmara de Natal. Manuscritos. Diversos livros.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE (IHGRN). Mapas de ocupações, 1810. Manuscritos. Cx. mapas.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE (IHGRN). Testamento de Albino Duarte de Oliveira. Natal, 17 de junho de 1777. Manuscrito. Livro de Notas 1767-1792, testamentos nº 71, fls. 68-73.

KOSTER, H. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

LIMA, M. de M. *Por um chão “na rua que vai do rio de beber”: os vassallos D’el Rei e a configuração espacial da cidade do Natal setecentista (1700-1785)*. Natal: UFRN, 2018 (Dissertação de Mestrado em História e Espaços da UFRN)

LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. da. Região e história agrária. *Estudos Históricos*, v. 8, n. 15, p. 17-26, 1995.

LINHARES, M. Y. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil séculos XVII e XVIII. *Revista Tempo*, v. 1, n. 2, p. 132-150, 1996.

LINHARES, M. Y.; TEIXEIRA, F. C. da S. *História do abastecimento, uma problemática em questão (1530-1917)*. Brasília: Ministério da Agricultura, Binagri, 1979.

LIVRO de Notas do Aracati, 1767-1802. Acervo particular de Almir Leal.

LOPES, F. M. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório Pombalino no século XVIII*. Recife: UFPE, 2005 (Tese de Doutorado em História da UFPE).

LOPES, M. S. *Do cativo à liberdade: mecanismos de manumissão na Ribeira do Seridó (1792-1814)*. Natal: UFRN, 2008 (Monografia de Graduação em História da UFRN).

LYRA, A. T. de. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1921.

MACÊDO, M. K. de. *Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (séc. XVIII)*. Natal: UFRN, 2007. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais da UFRN).

MEDEIROS, M. G. *Escravos da Ribeira do Apodi sob a ótica dos inventários*. Natal: s/ed., 1995. (Col. Mossoroense, v. 844).

MEDEIROS FILHO, O. de. *Aconteceu na Capitania do Rio Grande*. Natal: DEI, 1997.

MEDEIROS FILHO, O. de. *Notas para a história do Rio Grande do Norte*. João Pessoa: Editora Unipé, 2001.

MEDEIROS FILHO, O. de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1983.

MELLO, E. C. de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2014.

MENEZES, J. C. de. Idea da população da capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas costas, rios e povoações notáveis. Agricultura, numero dos engenhos, contractos e rendimentos reaes, augmento que estes tem tido etc, etc, desde o anno de 1774 em que tornou posso do governo das mesmas capitanias o governador e capitam general José Cezar de Menezes. *Biblioteca Digital Luso-Brasileira*. Disponível em: <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/39653>>.

MONTEIRO, D. M. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2000.

MONTEIRO, D. M. Portos do sertão e mercado interno: nascimento e evolução do porto do açu-oficinas (1750-1860). *História econômica & história de empresas*, v. 15, n. 1, p. 71-98, 2012.

MONTEIRO, D. M. *Terra e trabalho na História: estudos sobre o Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2008.

MORAIS, A. L. da S. *Entre veados, carneiro e formigas: conflito pela posse de terra na ribeira do Ceará-mirim e concepções de mentalidade possessória, 1725-1761*. Natal: EDUFRN, 2022.

MORAIS, A. L. da S. Quanto peixe se compra um vintém? Análise da atividade pesqueira e as querelas derivadas desta na capitania do Rio Grande, 1650-1750. *Revista Ultramares*. Artigos, v. 1, n. 5, p. 196-221, 2014.

MOTA, C. G. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

NEVES, D. B. A. *Cristianização espacial e estratégias matrimoniais de escravos na capitania do Rio Grande do Norte: território, escravidão e mestiçagens na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1727-1760)*. Natal: UFRN, 2020 (Dissertação de Mestrado em História e Espaços da UFRN).

NOBRE, M. F. *Breve notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte*. Natal: Pongetti, [1877] 1971.

PEREIRA, E. T. *De Capitania Donatária à Capitania Régia: o senhorio de João de Barros na “Terra dos Potiguaras” – séc. XVI*. Natal: UFRN, 2018 (Dissertação de Mestrado em História e Espaços da UFRN).

POMBO, R. *História do Rio Grande do Norte*. Edição Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil (1822-1922). Rio de Janeiro: Anuário do Brasil; Porto: Renascença Portuguesa, 1922.

SALVADOR, F. V. de. Fragmento de História do Brasil de 1627. *Revista do IHGRN*, v. 1, n., 1903.

SANTOS, P. P. dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte (séc. XVI ao XX)*. Natal: Clima, 1994.

SESMARIAS DO IMPÉRIO LUSO-BRASILEIRO. Cartas RN 0915, RN 0447, RN 0511, RN 0841, RN 0661, RN 0660 e RN 0889. Disponível em: <<http://www.silb.cchla.ufrn.br/>>. Acesso em: 9 out. 2020.

SILVA, T. F. da. *A ribeira da discórdia: terra, homens e relações de poder na territorialização do Assu colonial (1680-1720)*. Natal: UFRN, 2015 (Dissertação de Mestrado em História da UFRN).

SOUZA, A. de M. *Liberdades possíveis em espaços periféricos: escravidão e alforria no termo da Vila de Arez (séc. XVIII a XIX)*. Natal: EDUFRN, 2018.

SOUZA, A. C. B. de. *O homem e o sertão: a colonização da Ribeira do Apodi no século XVIII*. 2007. Natal: UFRN, 2007 (Monografia de Graduação em História da UFRN).

TAKEYA, D. M. História do Rio Grande do Norte: questões metodológicas. Historiografia e História regional. *Caderno de História*, v. 1, n. 1, p. 8-11, 1994.